Apresentação

Apresentamos aos leitores o volume 92, nº 1, relativo ao trimestre de janeiro a março de 2026, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*.

Abre o volume artigo do Ministro do TST Amaury Rodrigues e da desembargadora aposentada Vólia Bomfim, em que se analisam as inovações introduzidas pela Portaria nº 1.419/2024 do MTE, a qual alterou a NR-1 para incluir os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos.

O artigo do Ministro do TST Alberto Balazeiro em parceria com Edilson Vitorelli e Raquel Santana objetiva identificar empiricamente as técnicas processuais, os conceitos de "processo estrutural" e as interpretações sobre o "estado de coisas inconstitucional" adotado pelo TST para remediar violações sistêmicas de direitos fundamentais no ambiente de trabalho, bem como os temas mais examinados a partir desse prisma.

Cesar Zucatti analisa em seu texto o fenômeno do trabalho plataformizado, resultante das transformações tecnológicas da indústria 4.0 e os desafios para a sua regulação jurídica.

Almerinda Oliveira, André Studart e Konrad Mota estudam em seu artigo o desenvolvimento e o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, ressaltando a importância das políticas de incentivo ao comportamento positivo.

O texto de Amauri Cesar Alves tem por escopo compreender a natureza jurídica do trabalho religioso, sobretudo em decorrência das novas normas dos parágrafos 2º e 3º do art. 442 da CLT.

José Marcelo Leal e Beatriz Zanateli procuram em seu artigo identificar qual a interpretação do STF sobre a abrangência territorial da coisa julgada formada em ação coletiva de âmbito regional ou nacional. Nesse sentido, examinam-se comparativamente os acórdãos proferidos nos Temas 499 e 1.075 de repercussão geral, além de decisões posteriores dos tribunais superiores sobre a matéria.

O artigo de Paulo Eduardo Oliveira e Dimiana Souza trata dos impactos da estigmatização da obesidade e do sobrepeso no Direito do Trabalho, identificando instrumentos jurídicos aplicáveis no enfrentamento da gordofobia e propondo avanços normativos.

João Tobias Cunha apresenta-nos artigo acerca das dimensões laborais da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. O autor demonstra como

tal arcabouço filosófico sustenta uma rede de proteção laboral, desde condições de trabalho equitativas até um modelo de desenvolvimento econômico centrado no trabalho digno como direito coletivo.

O texto de Gabriela Sepúlveda Sobrinho trata do papel dos sindicatos na auto-organização e regulação do Direito do Trabalho em face da sociedade contemporânea hipercomplexa.

Alexandre Magno Alvarenga analisa em seu artigo, intitulado "Nanoempreendedorismo e trabalho em plataformas digitais", se os trabalhadores que laboram em tais plataformas podem ser enquadrados como nanoempreendedores.

Mauricio Salviano aborda em seu texto a confissão ficta do preposto, o indeferimento de prova testemunhal e o (não) cerceamento de defesa, numa análise do Tema 135 do TST, à luz do CPC e da CLT.

O artigo de Elysangela Dickel e Dalton Cusciano analisa, a partir de estudo de caso apreciado pela Justiça do Trabalho, como falhas estruturais de governança corporativa, controladoria e auditoria contribuem para a degradação do meio ambiente do trabalho e para a violação de direitos fundamentais.

Luciano Palhano analisa a trajetória da Previdência brasileira desde a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões e Institutos (IAPs) até a configuração da Seguridade Social na Constituição de 1988.

Fecha esta edição texto de Bruno Milhorato em que se estuda a contratualidade contemporânea do trabalho humano, marcada pela expansão do MEI e de estruturas unipessoais como a SLU, propondo um critério dogmático para a qualificação jurídica de vínculos na fronteira entre Direito do Trabalho e Direito Empresarial.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que os textos apresentados possam contribuir para promover reflexões e divulgar conhecimento na área trabalhista.

A Comissão Editorial